Finanças sustentáveis e mercados de carbono

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

As finanças sustentáveis chegaram tarde a Singapura. Durante a maior parte do período abrangido pelas partes anteriores deste livro, a cidade-Estado tratou as mudanças climáticas como uma questão de sobrevivência física para uma ilha de baixa altitude, enquanto seu centro financeiro se concentrava em gestão patrimonial, financiamento do comércio, operações de tesouraria e mercados de capitais. Isso mudou em poucos anos. Entre 2019 e 2026, a Monetary Authority of Singapore publicou dois planos de ação, uma taxonomia com uma categoria para atividades de transição, diretrizes de supervisão sobre risco ambiental e planejamento da transição e uma série de veículos de financiamento misto destinados a atrair capital privado para a descarbonização da Ásia. O governo introduziu o primeiro imposto sobre o carbono do Sudeste Asiático e construiu uma rede de acordos bilaterais para créditos de carbono internacionais. As finanças verdes tornaram-se, no vocabulário oficial, um campo estratégico para o centro.

Este capítulo examina essa estratégia e seus limites. Começa pelos planos de ação de 2019 e 2023 e pelo mercado que ajudaram a criar. Em seguida, trata das regras de classificação e divulgação que deveriam tornar comparáveis as alegações verdes, do imposto sobre o carbono e do comércio de créditos de carbono, e do financiamento

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

da transição, o campo em que Singapura procurou se destacar. Uma seção sobre greenwashing e responsabilidade examina os riscos jurídicos que acompanham os novos produtos. O capítulo termina com as consequências práticas para instituições e assessores e com uma comparação com Genebra.

O volume paralelo sobre Genebra descreve um centro financeiro que vê as finanças sustentáveis como extensão de uma antiga economia moral do crédito e da presença das organizações internacionais responsáveis pelo clima e pelo desenvolvimento. Singapura aborda o mesmo tema a partir de outro ponto de partida. Sua justificativa é regional e prática: a Ásia produz cerca de metade das emissões mundiais de gases de efeito estufa, seus sistemas elétricos ainda dependem fortemente do carvão e sua transição exige capital em uma escala que só os mercados privados podem fornecer. Onde Genebra enfatiza normas e a capacidade de reunir atores, Singapura enfatiza definições, carteiras de projetos financiáveis e o papel do Estado como catalisador.

O essencial

A MAS lançou seu Green Finance Action Plan em 11 de novembro de 2019, tendo como primeiro grande instrumento um Green Investments Programme de US$ 2 bilhões, e o estendeu ao financiamento da transição por meio do Finance for Net Zero Action Plan de 20 de abril de 2023. A Singapore-Asia Taxonomy de 3 de dezembro de 2023 classifica atividades de oito setores como verdes, âmbar (transição) ou não elegíveis e inclui critérios para o desligamento antecipado de usinas termelétricas a carvão. Os emissores listados na SGX reportam emissões de Escopo 1 e 2 a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025, com divulgações climáticas mais completas introduzidas gradualmente, enquanto grandes empresas não listadas seguem a partir do exercício de 2030. O imposto sobre o carbono subiu de S$ 5 por tonelada (2019–2023) para S$ 25 (2024–2025) e S$ 45 (2026–2027), sendo que até 5% das emissões tributáveis podem ser compensadas com créditos de carbono internacionais elegíveis. Os fundos ESG de varejo estão sujeitos a diretrizes de divulgação desde 1º de janeiro de 2023, e alegações de sustentabilidade enganosas podem ser objeto de ação com base no direito geral relativo a declarações falsas e à proteção do consumidor.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com